

“ELE BATEU-ME!” (*FRANCISCO*). DA INTERVENÇÃO DO ADULTO À AUTONOMIA DAS CRIANÇAS NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM JARDIM DE INFÂNCIA

Flávia Mota*

Ana Simões**

Instituto Politécnico de Lisboa/Escola Superior de Educação

[*flacostamota@gmail.com](mailto:flacostamota@gmail.com), **anasimo@eselx.ipl.pt

Resumo

O presente artigo resulta de uma investigação realizada no âmbito do mestrado em educação pré-escolar e pretende apresentar o percurso vivenciado ao longo da prática profissional supervisionada realizada num contexto de jardim de infância, entre outubro de 2017 e janeiro de 2018. Desenvolveu-se uma investigação relacionada com a resolução de conflitos, tendo esta como principais objetivos: i) desenvolver a autonomia das crianças no que diz respeito à resolução de conflitos; ii) desenvolver com as crianças diferentes estratégias de resolução de conflitos; iii) reduzir o número de conflitos nos quais as crianças se envolviam e iv) compreender se a forma como os adultos de referência lidam com os conflitos, em casa e no jardim de infância, tem influência na forma como as crianças se comportam em situações de conflito.

Quanto à metodologia adotada, esta foi de natureza qualitativa, tendo sido utilizado o método da investigação-ação com as seguintes técnicas de recolha de dados: a observação direta, um inquérito por questionário aplicado às famílias das crianças e a realização de duas entrevistas distintas: uma à orientadora cooperante e outra à assistente operacional da sala de atividades.

Durante a investigação realizada, foi possível verificar a existência de um desenvolvimento da autonomia por parte das crianças envolvidas, tendo estas ganho a capacidade para, de modo progressivo, utilizar estratégias adequadas aos conflitos vivenciados.

Palavras-chave: criança; jardim de infância; autonomia; resolução de conflitos

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge no âmbito da elaboração do relatório final da Prática Profissional Supervisionada (PPS), realizada em contexto de jardim de infância, no decorrer do Mestrado em Educação Pré-Escolar no ano letivo 2017/2018, pretendendo-se apresentar no mesmo o percurso vivenciado ao longo da prática profissional supervisionada que decorreu entre outubro de 2017 e janeiro de 2018. Desenvolveu-se uma investigação relacionada com a resolução de conflitos, assente na psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, na pedagogia da infância e na sociologia da educação e da infância. No que diz respeito à metodologia utilizada, esta foi de natureza qualitativa, tendo sido utilizado o método da investigação-ação com as seguintes técnicas de recolha de dados: a observação direta, um inquérito por questionário aplicado às famílias das crianças e a realização de duas entrevistas distintas: uma à orientadora cooperante e outra à assistente operacional da sala de atividades.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO: A CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO (O MEIO ENVOLVENTE, O CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO E O GRUPO DE CRIANÇAS)

O meio envolvente

O jardim de infância no qual decorreu a PPS está situado no concelho de Sintra, particularmente na União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, estando integrado num agrupamento de escolas localizadas em territórios social e economicamente desfavorecidos. O meio envolvente possui uma oferta de serviços diversificados, entre os quais se destacam: restaurantes, zonas verdes, igrejas, um centro de saúde, uma biblioteca, centros de estudos, um teatro, bem como outras escolas.

O contexto socioeducativo

O agrupamento de escolas onde se situa o jardim de infância tem o lema “Escola – construir o futuro” (Projeto Educativo, 2016), sendo a sua principal missão a de “contribuir para a formação integral de todos os alunos, com rigor e excelência, de forma a que no futuro se tornem cidadãos autónomos, responsáveis, livres e capazes” (Projeto Educativo, 2016, p. 26). Sendo a missão do agrupamento a de formar todas as crianças e adolescentes, com vista a que estas se tornem cidadãs mais completas no futuro, este apresenta sete princípios orientadores, como por exemplo: (i) a igualdade de oportunidades para todos, principalmente devido ao facto de este contar com uma ampla diversidade cultural e social; (ii) o respeito pelo outro – aliado ao primeiro princípio evidenciado – atentando ao facto de, mais uma vez, todas as escolas do agrupamento contarem com uma rica diversidade cultural e social e (iii) a “valorização do conhecimento – na defesa do respeito por cada aluno, na pluralidade, na diversidade, na tolerância e na solidariedade” (p. 27)” (Projeto Educativo, 2016, p. 28).

O grupo de crianças

O grupo com o qual se realizou a PPS era constituído por vinte crianças, com idades compreendidas entre os quatro e os sete anos. Note-se que treze crianças já tinham frequentado o jardim de infância no ano letivo anterior, enquanto que sete se encontravam a

frequentar o mesmo pela primeira vez. É importante referir que duas crianças do grupo estavam diagnosticadas com Necessidades Educativas Especiais, sendo, portanto, acompanhadas por uma especialista da educação especial e tendo sido traçado, para cada uma delas, um plano de desenvolvimento individual. No sentido de compreender a perspetiva da educadora relativamente às principais potencialidades e fragilidades e do grupo, foi realizada uma entrevista à mesma. Nesta, a educadora apontou como principais potencialidades do grupo a sua boa capacidade de aprendizagem, sendo visível o envolvimento do mesmo durante a realização das atividades propostas, bem como o facto de este participar ativamente em conversas de grande grupo. A educadora destacou, ainda, o facto de as crianças estabelecerem relações positivas não só entre si, como também com os adultos da sala de atividades. Aliado a esta questão, a educadora referiu, ainda, que o grupo demonstrava atitudes de interajuda e cooperação entre si – enfatizando, nesta continuidade, que as crianças com Necessidades Educativas Especiais se sentiam bem integradas no grupo. No que diz respeito às fragilidades do grupo, a educadora afirmou que este se envolvia de forma constante em conflitos, tal como é possível verificar de seguida: “A maioria do grupo veio junto do ano anterior e, no início, foi um pouco difícil gerir os conflitos, eram muitos” (excerto retirado da entrevista realizada à educadora cooperante). Foi neste seguimento que surgiu o tema da investigação – da intervenção do adulto à autonomia das crianças na resolução de conflitos em Jardim de Infância.

A INVESTIGAÇÃO EM JARDIM DE INFÂNCIA: A PROBLEMÁTICA, A REVISÃO DE LITERATURA E O ROTEIRO ÉTICO E METODOLÓGICO

A problemática

No seguimento do que foi referido pela educadora responsável pelo grupo de crianças, foi observável a ocorrência de diversos conflitos na sala de atividades onde decorreu a PPS, sendo estes maioritariamente resolvidos com o auxílio do adulto, no sentido em que as crianças, perante a frustração sentida no momento, não mostravam capacidade para os resolverem, de forma autónoma. Tornou-se, assim, fundamental iniciar uma investigação alusiva à resolução de conflitos para que, desta forma, as crianças comesçassem a interagir de forma mais positiva entre si, ganhando uma maior capacidade para, perante um conflito, pensarem numa estratégia para o resolver, implementando-a no momento, de forma autónoma. Hohmann e Weikart (2011) evidenciam que trabalhar a resolução de conflitos, particularmente em contexto de jardim de infância, permite que as crianças aprendam “mais facilmente a acreditar nelas próprias enquanto resolutoras de problemas, a serem empáticas e altruístas, e a ter fé nas suas capacidades individuais e colectivas para fazerem com que as relações resultem” (p. 92).

A revisão de literatura: conflitos, estratégias de resolução de conflitos e autonomia

Consideraram-se e convocaram-se para a revisão de literatura em torno da investigação realizada alguns conceitos-chave, a saber: conflitos, estratégias de resolução de conflitos e autonomia. Dimas, Lourenço e Miguez (2005) evidenciam que um conflito corresponde a um fenómeno no qual “pelo menos uma das partes envolvidas numa interacção se consciencializa da existência de discrepâncias e/ou de desejos incompatíveis e irreconciliáveis entre as partes” (p. 2). No que concerne às estratégias de resolução de conflitos, Torrego (2003) afirma que estas correspondem ao método que a criança utiliza com vista a satisfazer não só os seus interesses, como também os interesses do outro com o qual esta se envolveu no conflito. O mesmo autor destaca, ainda, que o conceito de estratégia de resolução de conflitos

corresponde à intervenção que é feita por uma ou mais crianças, de forma não agressiva, de tal modo que a solução seja agradável para ambas. Compreende-se, assim, que é fundamental que a criança caminhe no sentido da autonomia para que, perante a ausência de um adulto, tenha a capacidade para agir por si, encontrando as suas próprias estratégias para resolver um problema com o qual se depara. Em conclusão, é importante destacar que a resolução autónoma de conflitos tem, efetivamente, benefícios bastante positivos para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, tendo o/a educador/a um papel crucial nesse sentido. Clarificando, o papel do educador deverá ser o de auxiliar a criança na resolução de conflitos para que, progressivamente, esta seja capaz de o fazer autonomamente e, então, o educador passe a tomar o papel de observador, interferindo, apenas, quando é necessário. Para Martins (2012), é fundamental que o educador tenha a consciência de que a ocorrência de conflitos não se constitui enquanto algo prejudicial, mas sim como algo enriquecedor, no sentido em que permite que a criança desenvolva uma maior capacidade para se colocar na perspetiva do outro, reconhecendo de melhor forma as suas emoções; para pensar em estratégias para resolver os conflitos nos quais se envolvem; e, ainda, para, em consequência, desenvolverem melhores relações sociais com o outro. Brás e Reis (2012) destacam que “o educador de infância, enquanto mediador (...) deve fomentar o diálogo promovendo a partilha de vivências e de experiências, num ambiente facilitador da expressão de opiniões, sentimentos e emoções das crianças” (p. 138).

O roteiro ético e metodológico

Participaram nesta investigação vinte crianças do grupo, doze famílias, a educadora cooperante e a assistente operacional da sala de atividades. No que diz respeito à metodologia utilizada, optou-se por uma abordagem de natureza qualitativa, através de uma investigação-ação, considerando, no entanto, que não foi completado o ciclo inerente a este método, no sentido em que a mesma foi realizada ao longo de, apenas, três meses, o período de tempo correspondente à PPS. Deste modo e dado o propósito da investigação-ação, adotou-se, desde cedo, uma postura interventiva durante os conflitos das crianças, no sentido de lhes começar a disponibilizar estratégias que estas pudessem utilizar, em momentos posteriores, de forma autónoma, ou seja, assumiu-se o papel de mediadora de conflitos. Posteriormente, e de forma progressiva, foi possível adotar uma postura, maioritariamente, de observadora, interagindo apenas quando necessário, tendo como principal objetivo que as crianças comesçassem, efetivamente, a desenvolver a sua autonomia no que concerne à resolução de conflitos. Quanto às técnicas de recolha de informação, foram utilizadas as seguintes: a observação – participante e a não participante (Whyte, 2005) – particularmente para perceber se as crianças se tornavam mais autónomas na resolução dos seus conflitos; a aplicação de um inquérito por questionário realizado às famílias das crianças e as entrevistas realizadas à educadora cooperante e à assistente operacional, com dois guiões distintos. Os instrumentos utilizados na observação participante e não participante foram: notas de campo, campo, bem como algumas tabelas, instrumentos esses a partir dos quais foi possível observar em cada um dos conflitos ocorridos: (i) as crianças envolvidas no conflito; (ii) a altura do dia no qual este ocorreu (manhã ou tarde); (iii) o motivo que despoletou o conflito (iv) e, ainda, a estratégia utilizada pela criança para o resolver. Ao analisar as tabelas desse mesmo anexo, é possível verificar que existe uma diferença de cores entre as mesmas; tal diferença passa pelo facto de, a partir da semana de 4 a 8 de dezembro, ter sido introduzido na sala de atividades um novo material – o “mapa dos conflitos”. Note-se, assim, que este mapa, a partir da semana já evidenciada, começou, também,

a ser utilizado como um instrumento na investigação. Este instrumento correspondia a uma tabela de dupla entrada, na qual estavam presentes os nomes das crianças e os dias da semana. Assim, sempre que ocorria um conflito, era apontado nesse mesmo quadro – primeiramente, pela investigadora e, posteriormente, pelas crianças que se tinham envolvido nesse mesmo conflito e a forma como este tinha sido resolvido, autonomamente ou com o auxílio do adulto. Do constante registo que era realizado ao longo da semana era possível, no final da mesma, realizar uma reunião; nesta reunião semanal, eram recordados os conflitos ocorridos durante a semana, no sentido de as crianças apreenderem de que forma poderiam ter resolvido os conflitos sem recorrer, por exemplo, à agressão física ou ao auxílio do adulto. Foram também elaborados um guião para o inquérito por questionário aplicado às famílias das crianças e dois guiões de entrevista, um para a entrevista com a educadora cooperante e um outro, distinto, para a entrevista com a assistente operacional.

O roteiro ético seguiu os princípios defendidos por Tomás (2011) no trabalho de investigação com crianças e a *Carta de Princípios para uma Ética Profissional* (Associação de Profissionais de Educação de Infância, 2011), nomeadamente o respeito pela privacidade e confidencialidade, a decisão acerca das crianças a envolver no processo investigativo, o consentimento informado, entre outros, tendo sido enfatizados os princípios éticos da competência, responsabilidade, integridade, respeito e o comprometimento da investigadora com as crianças, famílias e equipa educativa.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes de mais, importa realçar os objetivos que se pretendia atingir com a presente investigação, os quais norteiam o trabalho realizado. Nesse contexto, note-se que foram estabelecidos seis objetivos: (i) desenvolver a autonomia das crianças no que diz respeito à resolução de conflitos; (ii) trabalhar com as crianças diferentes estratégias de resolução de conflitos (para que estas, progressivamente, soubessem utilizá-las, adequadamente, de acordo com a situação de conflito vivenciada); (iii) e reduzir o número de conflitos nos quais as crianças se envolviam. Para além disso, e ao realizar o inquérito por questionário e as entrevistas às famílias e à equipa de sala, respetivamente, pretendia-se: (iv) compreender se a forma como os adultos de referência lidavam com os conflitos, em casa e no jardim de infância, tinha influência na forma como as crianças se comportavam, no jardim de infância, nesse tipo de conflitos; (v) compreender se os motivos que despoletavam conflitos em casa, eram idênticos aos motivos que levavam à ocorrência de conflitos, no jardim de infância; (vi) compreender se os intervenientes com os quais as crianças mais se envolviam em conflitos, em casa, eram semelhantes aos intervenientes com os quais estas se envolviam em conflitos, no jardim de infância, com outras crianças. Ao realizar as entrevistas e ao aplicar os inquéritos por questionário pretendia-se compreender a perceção da equipa educativa e das famílias relativamente aos conceitos de conflito (as crianças também foram questionadas relativamente a este mesmo conceito) e estratégias de resolução de conflito, bem como à importância de se trabalhar estratégias de resolução de conflitos em contexto de jardim de infância.

Conflitos e estratégias de resolução de conflitos – as perspetivas da equipa educativa, famílias e crianças

De acordo com a educadora cooperante, um conflito corresponde “à incapacidade que cada um tem de resolver um problema”. A assistente operacional, por sua vez, refere que um conflito “são choques de deias e de vontades”. Compreende-se, assim, ao observar as respostas dadas

pelos intervenientes educativos já mencionados, que estes associam a definição de conflito à dificuldade, de modo geral, que a criança tem para aceitar algo que vá contra os seus interesses e/ou opiniões. Na perspetiva das famílias das crianças, nove das doze inquiridas responderam que um conflito corresponde a um problema – normalmente ocorrente entre duas ou mais pessoas – perante uma divergência de opiniões/interesses, coincidindo, assim, de certo modo, com as respostas dadas pela equipa educativa da sala. Nesta continuidade, foi, também, fundamental compreender a perspetiva das crianças relativamente à noção de conflito. Assim e ainda que esta palavra tenha sido utilizada várias vezes na sala de atividades - maioritariamente relacionada com o “mapa dos conflitos” que foi introduzido na sala durante a PPS – verificou-se que a maior parte das crianças só conseguiu responder à questão colocada quando a palavra “conflito” era substituída, na frase, por “problema” ou, ainda, quando se recorria, como exemplo, ao mapa dos conflitos presente na sala. Foi possível verificar que sete crianças não conseguiram dar resposta à pergunta colocada, apesar de se considerar pertinente salientar que as restantes treze crianças conseguiram formular uma resposta para a questão colocada, associando o conceito de conflito a uma vertente física, isto é, estas crianças destacaram que um conflito corresponde a uma situação na qual existe agressão física: “é bater”, “é uma coisa quando alguém aleija-se”, “é quando nós andamos a bater uns aos outros”, “(...) batem e dão pontapés”, denotando, assim, não a própria noção de conflito, mas a forma que costumavam utilizar para o resolver.

No que diz respeito a estratégias de resolução de conflitos, a educadora cooperante e a assistente operacional consideram, respetivamente, que “estratégias são formas de tentar que a criança comece a resolver os seus conflitos” e que “são formas que se arranjam para que o conflito se resolva, entre eles, com diálogo, respeitando o espaço e as ideias de cada um”. As famílias que tinham respondido ao inquérito por questionário, por sua vez, enunciaram que, de facto, este trabalho é importante, enunciando aspetos como: para as crianças aprenderem a partilhar, porque ajudam as crianças a pensarem nas suas próprias estratégias; para a criança aprender a ser sociável; porque as ajuda a serem mais responsáveis com o outro.

Da intervenção do adulto à autonomia das crianças na resolução de conflitos

Considerando que a problemática da presente investigação surgiu devido ao facto de as crianças se envolverem em vários conflitos, em contexto de sala de atividades (49 conflitos observados entre 30 de outubro e 19 de dezembro de 2017) – evidência essa que é, também, apresentada pela educadora cooperante e pela assistente operacional – tornou-se fundamental tentar compreender, não obstante a diferença entre os dois contextos, se as crianças, em casa, também se envolviam em conflitos. Assim, foi possível constatar que sete das doze famílias inquiridas destacaram que as crianças, em casa, também se costumavam envolver em conflitos. Com quem? Com a família com quem vive, na sua maioria. Foi, ainda, referido pelas famílias que, em casa, o motivo que levava as crianças a envolverem-se em conflitos passava pelo facto de estas serem contrariada. A estratégia maioritariamente utilizada pelas famílias, em casa, em situações de conflito, passava pelo diálogo com a criança. Contudo, concluiu-se que existem famílias que utilizam, igualmente, a repreensão como estratégia. Na sala de atividades, constatou-se que o motivo que levava as crianças a envolverem-se, maioritariamente, em conflitos estava relacionado com a partilha de brinquedos. Nesses momentos, a educadora afirma que sua principal estratégia é a de dialogar com as crianças no momento em que ocorre o conflito. A educadora evidenciou, ainda, e remetendo para as reuniões semanais já mencionadas anteriormente, que uma das estratégias utilizadas na sala era a de voltar a

recordar, no final da semana, os conflitos que tinham ocorrido, no sentido de se tentar perceber quais as melhores formas para os resolver. A assistente operacional, por sua vez, enfatiza que a estratégia utilizada neste tipo de situações passa, essencialmente, e indo ao encontro das palavras da educadora cooperante, pelo diálogo com as crianças, diálogo esse no qual estas devem ser estimuladas a discutirem as suas ideias, entre si. No decorrer da PPS, observou-se uma alteração no comportamento das crianças, particularmente na sala de atividades, a partir do momento em que começou a ser realizada uma intervenção no sentido de as estimular a resolverem os seus conflitos de diferentes formas: a intervenção da estagiária/investigadora passava por, primeiramente, separar as crianças, nos momentos em que estivesse a ocorrer algum tipo de agressão, retirando-lhes, também, o objeto que estivesse a despoletar o conflito; posteriormente, tentava acalmar as crianças, tentando compreender os pontos de vista de ambas as crianças, valorizando-as; por fim, tentava estimular as crianças a pensarem numa estratégia para resolverem o problema e, em situações nas quais estas estivessem com uma maior dificuldade em fazê-lo, sugeria às crianças uma estratégia específica, adequada à situação, incentivando-as a colocarem-na em prática. É a partir deste momento, então, que começa a ser possível verificar um desenvolvimento da autonomia das crianças perante a ocorrência de conflitos. Note-se, ainda, que na sexta semana de investigação, semana essa na qual foi introduzida na sala o mapa dos conflitos, surge uma nova estratégia relativa aos espaços específicos da sala: perante um número acima do suposto numa determinada área da sala, as crianças começaram a mostrar disponibilidade para irem procurar outro espaço da sala para brincarem, retomando o espaço anterior quando fosse possível. Na sétima, oitava e nona semana da intervenção, as crianças começaram a demonstrar uma atitude que, até então, não tinha sido observável: perante um conflito, ao invés de implementarem uma estratégia, diretamente, sem dialogar com a outra criança envolvida no mesmo, começaram a utilizar a negociação como estratégia, resultando desta mesma negociação um comportamento específico por parte das duas crianças ou, então, apenas de uma (ex: a partilha). Para além disso, mais do que colocarem em prática diferentes estratégias de resolução de conflito, as crianças começaram, também, a mostrar capacidade para, perante um conflito, conversarem com a outra criança envolvida no mesmo, de forma a conseguirem chegar a um consenso.

Conclui-se que é, sem dúvida, fundamental que se continuem a implementar em sala momentos de reunião em grande grupo, associados, particularmente, à resolução de conflitos, para que: (i) as crianças que se envolvem mais em conflitos apreendam estratégias adequadas a utilizar nesse tipo de situações, não recorrendo, pelo contrário, à agressão, por exemplo; (ii) para que as crianças que não se envolvem tanto em conflitos apreendam essas mesmas estratégias e possam auxiliar as primeiras a implementá-las, em momentos nos quais estas tenham uma maior dificuldade em fazê-lo; (iii) para que as crianças desenvolvam a sua linguagem e o seu pensamento crítico, percebendo formas de resolverem os problemas do dia-a-dia; (iv) e para que as crianças continuem a desenvolver uma maior autonomia face ao adulto, no que diz respeito, particularmente, à resolução de conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da PPS, as crianças do grupo envolviam-se, naturalmente, em conflitos, não mostrando a capacidade para, durante os mesmos, se abstrair da sua frustração, encontrando uma estratégia adequada para o resolver. No entanto, ao longo da prática, foi possível verificar uma maior capacidade por parte das crianças para, perante um conflito, pensarem numa estratégia

adequada para o resolverem, colocando-a em prática. Com efeito, as crianças tornaram-se, de facto, mais autónomas, particularmente no que concerne à resolução de conflitos entre si e com os seus pares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação de Profissionais de Educação de Infância (2011). Carta de Princípios para uma Ética Profissional. Consultado em <http://apei.pt/associacao/carta-etica.pdf>.
- Brás, T. & Reis, C. (2012). As aptidões sociais das crianças em idade pré-escolar. *Journal for Educators, Teachers and Trainers* (Vol. 3, pp. 125-147).
- Dimas, I., Lourenço, P. & Miguez, J. (2005). Conflitos e Desenvolvimento nos Grupos e Equipas de Trabalho – uma abordagem integrada. *Revista Científica Nacional, Psychologica*, 103-119.
- Hohmann, M., & Weikart, D. P. (2011). *Educar a criança*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, F. A. (2012). *Estratégias de Resolução de Conflitos Interpessoais em Contexto de Creche e de Jardim de Infância* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga). Consultado em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24706/1/Ana%20Filipa%20Moireira%20Martins.pdf>.
- Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas (2016).
- Tomás, C. (2011). «*Há muitos mundos no mundo*» - *Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Porto: Edições Afrontamento.
- Torrego, J. (Coord.). (2003). *Mediação de Conflitos em Instituições Educacionais. Manual para a Formação de Mediadores*. Lisboa: Edições ASA.
- Whyte, F. W. (2005). Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(63), 153-155.